REVISTA DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO

CURRÍCULO, FORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CURRICULUM, TRAINING AND PUBLIC POLICIES

Maria José Costa dos Santos[1]

RESUMO: As estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia, de modo geral, apresentam uma diversidade disciplinar, sobrecarregada de fundamentos, e fragilizadas de práticas. Compreendendo que os pedagogos são os responsáveis pela docência nos anos iniciais do ensino fundamental, e consequentemente, do ensino de Matemática, propõe-se uma avaliação das matrizes curriculares das faculdades que ofertam o curso Pedagogia, no estado do Ceará. Os recursos utilizados foram pesquisa nos sites das faculdades, seleção das matrizes, análise dos descritores do Ranking Universitário da Folha (RUF, 2014), e análises dos currículos como objeto de formação docente. Desse modo, foram estabelecidas algumas categorias de escolha e análises dos dados (assume-se como categoria principal a presença no nome do componente curricular da palavra matemática). Utilizou-se como aporte metodológico, uma abordagem do tipo qualitativa, de cunho analítico-exploratório. Os resultados apontaram que as matrizes curriculares, de modo geral, focalizam mais a área dos fundamentos, menos na docência, e menos ainda, no ensino de matemática. Em decorrência, aferiu-se que a avaliação das matrizes curriculares do curso de Pedagogia, do Ceará contribuiu para provocar um debate, que não é novidade no cenário das pesquisas sobre a importância curricular na formação docente, mas entende-se que cada discussão deve ser contínua e provocadora de mudanças, e inovações.

Palavras-chave: Currículo. Formação docente. Avaliação. Matrizes curriculares.

ABSTRACT: The curricular structures of Pedagogy courses, in general, present a disciplinary diversity, overloaded with fundamentals, and weakened practices. Understanding that pedagogues are responsible for teaching in the early years of elementary school, and consequently, of teaching Mathematics, it is proposed to evaluate the curricular matrices of the colleges that offer the Pedagogy course, in the state of Ceará. The resources used were research on the websites of the colleges, selection of the matrices, analysis of the descriptors of the University Ranking of Folha (RUF, 2014), and analysis of the curricula as an object of teacher training. Thus, some categories of choice and analysis of the data were established (the main category is the presence in the name of the curricular component of the word mathematics). A qualitative approach, with an analytical-exploratory approach, was used as a methodological approach. The results showed that the curricular matrices, in general, focus more on the fundamentals area, less on teaching, and even less on mathematics teaching. As a result, it was verified that the evaluation of the curricular matrices of the Pedagogy course in Ceará contributed to provoke a debate, which is not new in the research scenario on the curricular importance in teacher education, but it is understood that each discussion must be continuous and provocative of changes and innovations.

Keywords: Curriculum. Teacher training. Evaluation. Curriculum matrices.

[1] Professora, pesquisadora e orientadora nos programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Pós-graduação mestrado profissional em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade (ENCIMA) Federal do Ceará (UFC). Coordenadora da Linha de Pesquisa Educação, Currículo e Ensino (LECE/PPGE). Coordenadora do Programa de Formação para Docência do Ensino Superior, Lotada na Coordenadoria de Inovação e Desenvolvimento Acadêmico da (PAAP/COIDEA/EIDEIA/UFC). Líder do grupo de pesquisa Tecendo Redes Cognitivas de Aprendizagem(G-Tercoa/CNPq). Site:http://www.gtercoa.ufc.br. E-mail: gtercoa@ufc.br.

INTRODUÇÃO

As universidades são chamadas a repensar as formações, a fim de superar o cenário de baixo índice de aprendizagem escolar, haja vista que o Brasil ocupa, nas avaliações internacionais em educação, os últimos lugares nos países avaliados pelo *Programme for International Student Assessment (PISA)*[2].

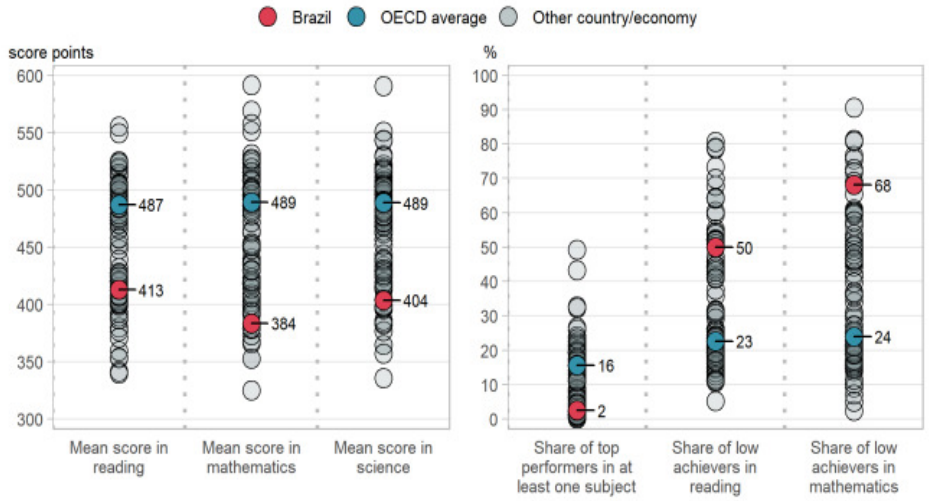

Figura 1. Desempenho em leitura, matemática e ciências.
Fonte: OCDE (2019, Volumes I-III, p. 2)

De acordo com a figura 1, retirada da nota da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os estudantes no Brasil conseguiram notas inferiores à média da OCDE em leitura, matemática e ciências, na edição do PISA de 2018.

A questão é que a formação docente ainda é pautada por muita teoria e distante da realidade. Os cursos de Pedagogia representam o espaço de formação dos responsáveis pela docência nos anos iniciais do ensino fundamental, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Em consequência, questiona-se se os cursos de Pedagogia, ofertados nas IES do estado do Ceará-Brasil, atendem a expectativa de uma formação de qualidade?

Essa investigação seguiu os pressupostos da pesquisa empírica exploratória, e nessa perspectiva, se consistiu num ensaio teórico-especulativo em que se buscou articular uma série de perguntas despontadas pelo assunto, a partir de um marco interpretativo geral, por meio do qual foi possível deduzir hipóteses explicativas que têm como principais apoiadores Lakatos e Marconi (1991), os quais caracterizam esse tipo de pesquisa como um processo científico de investigação que possibilita ao pesquisador formular questões, com três finalidades: levantar hipóteses, aumentar a familiarização do pesquisador com objeto de pesquisa e modificar e/ou clarificar conceitos.

O objeto de estudo dessa pesquisa são as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia do estado do Ceará, a fim de se verificar, em que medida é identificada a presença de disciplinas que tratam de conteúdos matemáticos.

[2] Disponível em: https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CN_BRA.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

Para analisar com maior clareza o objeto de estudo da pesquisa apoia-se nas pesquisas que tratam sobre formação inicial, formação do professor que leciona matemática, e também nos estudos sobre o currículo e política pública de educação.

Com efeito, a seguir serão tecidas as redes intelectivas entre currículo, formação e política pública.

O CURRÍCULO: REFLEXÕES E TENSÕES

É o pedagogo o profissional que leciona matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Repensar o currículo de matemática para a formação do pedagogo pode ser-decisivo para a supressão de um modelo de ensino que precariamente corresponde às exigências formativas, sem garantir que esse profissional exerça com propriedade seus saberes docentes, sua ciência, para dar novo significado à educação escolar.

O currículo tem passado por uma discussão em nível nacional, mais efetivamente, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) nº 9.394/96, e ganhou mais força e adesão, com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que promulga o Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 2014). Os efeitos dessas ações apontam que o governo, a sociedade e os educadores das esferas municipal, estadual e federal têm se mostrado bem preocupados com a [re]organização curricular, e a estruturação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2018).

Compreende-se aqui currículo como uma seleção política de conteúdos considerados válidos, comportamentos considerados aceitáveis/desejáveis/necessários a partir de regras postas como intransponíveis e de documentos oficiais considerados importantes, em um determinado momento sociocultural e histórico, carregado de ideologias.

Tais reflexões permitem visitar algumas Matrizes Curriculares de cursos de Pedagogia, ancorados na ideia de currículo, à reflexão sobre a vida do indivíduo, sujeito ativo e dialógico, e, nesse sentido, um influenciador do currículo. Seja ele formal, informal ou oculto, o currículo deve ser vivenciado pelo sujeito, ser multifacetado.

Com essa compreensão, chega-se a uma concepção importante de currículo o qual pressupõe uma visão de superação, de algo que deve ser formal e cumprido no âmbito escolar, e chega-se a uma ideia de que o currículo deve estar em constante construção/ reconstrução para atender às necessidades do sujeito. Com isso, também se ressalta a importância de ao repensar o sentido de currículo, a partir da observância às matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia, que se considere a reflexão de Nóvoa (1999, p. 13) quando destaca o excesso dos discursos em relação à Pobreza das Práticas. O autor diz não pretender, "obviamente, sugerir uma oposição entre “discursos” e “práticas”, como se estivéssemos perante dois mundos distintos. Bem pelo contrário (NÓVOA, 1999, p. 13)."

Nesse cenário, de modo mais específico, o currículo de Matemática, para os anos iniciais, afeta diretamente a formação do pedagogo, profissional responsável por seu ensino, e assim se constitui num desafio que atribui responsabilidade sobre o que deve ser ensinado; essa escolha, sabe-se que essa escolha é uma tarefa carregada de elementos ideológicos e políticos, de um grupo ou grupos (muitas vezes antagônicos), e sem clareza do que de fato é relevante para o sujeito epistêmico. A partir dessa discussão, apresenta-se o quadro 1 a seguir, o qual pressupõe o atendimento aos preceitos legais (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), apresentando a carga horária para funcionamento de um curso de Pedagogia. Nisso, encontra-se a constituição de uma estrutura curricular de uma das IES investigadas que

oferecem um curso de Pedagogia. A situação abaixo apresenta 3.216 horas aulas, integralizando 201 créditos, sendo cada crédito correspondente a 16h/a.

INTEGRALIZAÇÃO	CRÉDITOS	HORAS
Disciplinas obrigatórias	131	2096
Disciplinas optativas	36	576
Estágio obrigatório	20	320
Trabalho de Conclusão de Curso	3	48
Atividades complementares	11	176
Disciplinas obrigatórias	131	2096
TOTAL	**201**	**3216**

Figura 2. Integralização de créditos.
Fonte: direta.

Porém, a integralização apontada precisa ser reformulada considerando as mudanças previstas na Resolução nº 2, de 1 de julho de 2016, e no que se refere a carga horária, é preciso mudar a carga horária das atividades complementares, e ainda a carga horária dos estágios.

Com base na resolução citada no parágrafo anterior, concorda-se que deve haver uma transformação nos currículos dos cursos de formação inicial, e que essas transformações devam modificar a ideia que se tem do estágio como uma disciplina isolada das outras, se propondo a partir dessa discussão, um currículo interdisciplinar.

Sabe-se que isso exige uma mudança na postura do sujeito que forma, e do sujeito que está em formação, para assim, desenvolver na disciplina de estágio uma consciência de que o conhecimento e os conteúdos trabalhados em sala de aula dos anos iniciais não podem ser desvinculados da sala de aula das licenciaturas.

Apesar de se entender que a disciplina de estágio e as disciplinas de matemática precisam compor de modo interdisciplinar o currículo de Pedagogia, aqui ressalta em que medida, nas matrizes curriculares dos cursos de formação, a matemática aparece.

No próximo quadro será apresentado como uma Instituição de Ensino Superior (IES) subdivide a carga horária dos componentes obrigatórios, em sua matriz curricular, com observância para carga horária destinada à docência.

Unidades Curriculares	Carga horária
FUNDAMENTOS (conhecimentos gerais)	**1024h/a**
ESPECÍFICOS (especializados, didáticos e gestão)	**384h/a**
ENSINOS	**384h/a**
ESTÁGIOS EM DOCÊNCIA	**320h/a**
Carga horária total	**2112h/a**

Quadro 2. Unidades Curriculares e Carga Horária Obrigatória.
Fonte: Pesquisa direta.

Como se viu no quadro 2 acima, da carga horária obrigatória, apenas 384h/a são dedicadas aos ensinos (Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, e Ciências). Nisso, considerando a relevância da temática e a atual discussão no cenário nacional, deseja-se com essas análises apresentar uma reflexão interdisciplinar, e, apontar para um movimento de mudanças educacionais, em nível nacional, pois a carga horária obrigatória, dispensada às unidades curriculares de fundamentos, é muito superior à carga dedicada aos ensinos, e,

assim, questiona-se: se o curso é para o exercício da docência, por que essas unidades mais teóricas têm uma carga horária tão superior?

No início do século XXI, Curi (2004) realizou uma pesquisa em nível nacional, e fez uma busca em 36 cursos de Pedagogia e 6 cursos Normais superiores, investigação na qual a autora verificou a presença maciça de disciplinas metodológicas do ensino de matemática e metodologias de ensino, assim, de acordo com essas análises, a autora destacou que há uma maior preocupação com as metodologias que com os conteúdos matemáticos.

Apoiados nessas questões e considerando-se necessário analisar as matrizes dos cursos de Pedagogia do estado do Ceará, vale informar que não se analisou as ementas dos componentes curriculares, apenas as matrizes, avaliando a presença da disciplina de Matemática nessas matrizes, no que se refere a carga horária, destinada a componentes que tragam em seu nome a presença da "Matemática".

AS MATRIZES CURRICULARES: POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A busca por dados se deu nos sites oficiais das Instituições de Ensino Superior (IES) que tinham oferta do curso de Pedagogia, nisso encontrando-se cerca de 14 faculdades, e mais de 21 cursos, pois algumas IES tinham oferta do curso em vários campuses universitários. Assim, das 14 faculdades encontradas optou-se por 8, sendo 4 públicas e 4 privadas. Das IES públicas, 2 com sede na capital e 2 com sede no interior do estado; das 4 privadas todas com sede na capital de Fortaleza, estado do Ceará-Brasil.

As 4 faculdades públicas foram escolhidas porque são as responsáveis principais pelo grande número de formados que ingressam no mercado de trabalho, e são beneficiadas com os recursos públicos, assim, têm responsabilidade de atender à sociedade de forma qualitativa. As outras 4 são pertencentes a rede privada, detendo também as mesmas responsabilidades, e foram escolhidas a partir dos descritores do Ranking Universitário da Folha (RUF, 2015)[i], e por não serem franquias, de redes de outros estados.

Calderón e França(2018), alertam que em todo o mundo os *rankings* acadêmicos vêm se destacando no espaço ibero-americano e, no Brasil tem-se presenciado esse mesmo panorama. Destacam ainda que de modo geral há uma busca pelos *rankings* universitários, favorecendo uma luta pela excelência no ensino superior, com implicações na qualidade e produtividade. Ressalta-se que este estudo, refere-se a análise das matrizes dos cursos, e não a *ranking*. Abaixo seguem as identificações para fins de análises no texto, no quadro 3 a seguir.

IES[ii]	Matriz/Ano	Carga Horária	curso/semestres	Qualidade de ensino[iii]
Pública A	2014	3216	8	2º.
Pública B	2008	3315	8	1º.
Pública C	2011	*	9	6º.
Pública D	2008	3205	9	4º.
Privada E	2016	3200	8	5º.
Privada F	2009	3240	7	7º.
Privada G	2016	3200	8	8º.
Privada H	2016	**3.240**	8	3º.

Quadro 3: Dados do RUF (2015).
Fonte: Fonte direta[iv].

Vale dizer que algumas das IES investigadas declararam que estão em processo de reconstrução da matriz curricular, a fim de atenderem aos pressupostos legais da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Os dados apresentados no quadro 3 tem a finalidade de destacar as

IES investigadas, e as condições iniciais de oferta do curso de Pedagogia, a partir de uma reflexão de matriz curricular x carga horária das disciplinas. Ao analisar-se a carga horária dos cursos de Pedagogia das IES investigadas, considera-se relevante ressaltar o que diz a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 no Art. 13,

> § 1º. Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
> II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição; IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição. (BRASIL, 2015)

Como já exposto, o objetivo da pesquisa consiste em verificar em que medida os cursos de Pedagogia apresentam componentes obrigatórios que tratem sobre a matemática, considerando o que dispõe a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, Art. 1º:

> § 2º. As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes. (BRASIL, 2015).

A mesma resolução destaca ainda no Art. 2º que

> § 2º. No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

A seguir serão apresentadas análises mais detalhadas, ponderando-se em que medida a Matemática está presente na formação inicial, que tem como objetivo qualidade de ensino, inovação e inserção no mercado de trabalho.

AS MATRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

Criado em 1939, o curso de Pedagogia no Brasil, historicamente, tem sido modificado em suas características regimentais: as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1961, 1971), bem como a mais recente LDBEN nº 9394/96, embora já tenha passado por várias

atualizações prévias, a sua ultima modificação tem especial significado para a composição curricular dos cursos de licenciatura, e mais fortemente, nos cursos de Pedagogia.

De acordo com a nova redação dada Lei nº 12.796, de 2013,

> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). § 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. (BRASIL, 2013)

Respaldados, também, pela LDBEN (BRASIL, 1996) em vigor, atreve-se a refletir acerca do que envolve o resultado de uma discussão ideológica e política que compreende o que ensinar, de que forma ensinar, para que ensinar, o que ensinar e para quem ensinar.

Nesse entendimento, a construção de uma matriz curricular pressupõe a escuta dos professores, equipe de coordenação, direção, alunos, e sociedade, e sua construção deve ser de modo coletivo. E com efeito, de acordo com os dizeres de Franco (2008, p. 110) que

> (...) o pedagogo será aquele profissional capaz de mediar teoria pedagógica e práxis educativa e deverá estar comprometido com a construção de um projeto político voltado à emancipação dos sujeitos da práxis na busca de novas e significativas relações sociais desejadas pelos sujeitos. (...) deve esse pedagogo superar a concepção de um sujeito que absorve o aprendizado, para caminhos de um aprendiz que constrói significados (...).

Ao ser criado, o curso de Pedagogia tinha por finalidade o preenchimento dos cargos técnicos de educação do Ministério da Educação, e era um curso de bacharelado, com duração de três anos, mas no início da década de 1980, as universidades efetuaram reformas curriculares, e passaram a formar, no curso de Pedagogia, professores para atuarem na educação pré-escolar e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Reforça-se com essa reflexão a importância da análise das Matrizes Curriculares das IES, e na perspectiva de um pedagogo que tem também como papel, lecionar a matemática. Observe o quadro 4.

IES	Carga Horária	Carga horária docência/ensinos	Carga horária docência Matemática
Pública A	3216	384h/a	96h/a
Pública B	3315	320h/a	80h/a
Pública C	*	180h/a	60h/a
Pública D	3205	480h/a	120h/a
Privada E	3200	360h/a	120h/a

Quadro 4: Análises da carga horária de Matemática
Fonte: pesquisa direta.

A partir da observância do quadro 4, se ressalta que apresente análise se refere apenas às disciplinas de caráter obrigatório, pois somente em uma das IES se identificou um componente optativo, e os componentes optativos podem ou não acabar sendo cursados pelos estudantes; nesse caso, observa-se que entre as IES públicas e privadas, a carga horária

destinada à docência, e ao componente de Matemática, é reduzida, o que vem de encontro ao que prevê a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Ressalta-se aqui algumas reflexões a partir dessa resolução, pois as IES que estão sob a égide brasileira devem observar o que diz especialmente o § 3º. "A formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural"(BRASIL, 2015).

Destaca-se igualmente o fato de que as Matrizes desses cursos de Pedagogia presenciais foram especificamente escolhidas devido à exigência legal da oferta desses cursos com elevado padrão, foi destacado na Resolução nº 2 de 1 de julho de 2015(BRASIL, 2015).

Sobre a distribuição da carga horária, a Resolução destaca que

> § 2º. Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os cursos de Pedagogia devem legalmente ter 3200 horas/aulas no mínimo, e face à perspectiva formativa, em seu parágrafo 3º "Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência"(BRASIL, 2015).

Como a preocupação aqui posta é em que medida essa carga horária é dedicada à docência, especialmente, à docência da Matemática, considera-se importante destacar

> § 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

Observando o § 5º. no que é enfático "deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino"(BRASIL, 2015), e compreendendo que o objeto de ensino são os conteúdos dos componentes obrigatórios, presentes nas disciplinas que contemplam os ensinos(Matemática, Ciências, Língua Portuguesa, História e Geografia), a carga horária destinada a esses ensinos, nas matrizes observadas e aqui citadas, não atendem aos objetos de ensino.

Não se concorda com o fato de que, sendo a pedagogia um curso de licenciatura que obrigatoriamente atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano), este curso apresente menos de 1/8 de carga horária dedicada aos ensinos, e apenas, 1/35 de carga horária dedicada a cada ensino, especificamente, destacando-se aqui a Matemática.

O que falta para os cursos de Pedagogia observarem suas matrizes curriculares com um olhar mais específico para os ensinos, considerando que esses são os cursos de formação inicial que deverão garantir nos currículos conteúdos específicos das áreas de conhecimentos, sem descuidar da interdisciplinaridade?

3.1 Reflexões transversais

Os estudantes ingressantes nos cursos de Pedagogia, de modo geral, necessitam de um perfil para ingressar no mercado de trabalho, com foco na docência, e para que esse perfil atenda às diretrizes curriculares, bem como a Resolução nº. 2, de 1 de julho de 2015, faz-se necessário algumas mudanças nas matrizes curriculares.

Entendendo que essa discussão deve "transversalizar" questões que envolvem a formação social, humana, política, cultural, científica e específica, (tais como: gênero, inclusão e exclusão, diversidade, etnia, meio ambiente, saúde, ética e tecnologias). Deve-se contemplar um currículo que comporte essas discussões, pensando-se nas áreas e unidades temáticas que comportem essa dimensão, não só em caráter obrigatório, mas em caráter optativo e, optativo livre, no sentido de sua escolha poder ocorrer em função de interesses pessoais, profissionais e formativos.

Para que esse estudante-ingressante possa obter maior aprofundamento nas áreas, deve-se considerar a referencia desses respectivos campos: 1) no que se refere à Docência: 1.1 Na Educação Infantil; 1.2 No Ensino Fundamental Regular; 1.3 No Ensino da EJA; 1.4 No Ensino Indígena. 2) no que refere aos Fundamentos: 2.1 Filosofia; 2.2 Sociologia; 2.3 Psicologia;2.4 Gestão e política. 3) No que se refere aos conhecimentos Específicos: 3.1 Inclusão e exclusão; (gênero, etnia, 3.2 Educação especial; 3.3 Movimentos sociais; 3.4 Direitos humanos. E ainda, 4) no que refere as Práticas e científicas: 4.1 Estágios;4.2 Pesquisa; 4.3 Epistemologia das ciências; 4.4 Tecnologias digitais,com isso, identifica-se a necessidade de mudanças importantes na composição dessas matrizes, não se podendo manter de modo indiscriminado uma matriz que atenda a interesses individuais e esqueça a principal finalidade do curso - a docência.

A resolução destaca que os estágios devem ter no mínimo 400h/a, mais 200 horas de atividades de práticas; desse modo, considerando que a prática deve permear toda a formação docente, e que se faz necessário que se inicie desde o segundo semestre, ressalta-se que seria bem interessante se a carga horária dos estágios fosse ampliada para 600h/a, garantindo a ampla formação e cumprimento da resolução, da seguinte forma: i) Estágio na Educação infantil (dividido em três semestres subsequentes: - 2º semestre 64h/a (observação); - 3º semestre 64h/a (participação); - 4º semestre 64h/a (regência), totalizando 192h/a, ii) Estágio no Ensino Fundamental – regular: 5º semestre 64h/a (observação); - 6º semestre 64h/a (participação), - 7º semestre 64h/a (regência), totalizando 192h/a, e, iii) Estágio na Educação de Jovens e Adultos (EJA): - 8º semestre 64h/a (observação e participação), 9º semestre 64h/a (regência), totalizando 128h/a, destaca-se também as vantagens e possibilidade do Estágio em espaços não-escolares, a ser realizado no oitavo semestre 40h/a (observação e participação), e por fim, não menos importante, o Estágio nas salas Multifuncionais de Atendimento Especial (AEE), a ser realizado a partir do 5º semestre 48h/a (observação e participação)

No entanto, é preciso elaborar blocos de formação que habilitem de modo mais específico o pedagogo para a docência na educação infantil e ensino fundamental(crianças e Educação de Jovens e Adultos); essa revisão dará mais efetividade para a formação e o perfil do egresso de Pedagogia, bem como que preparar melhor esse profissional para o ensino, com foco numa formação organizada e baseada numa epistemologia da *práxis.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apontaram que as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia, de modo geral, apresentavam matrizes compostas por um excesso de componentes curriculares de fundamentos, entre eles as Psicologias, Sociologias, Filosofias, Antropologias, políticas, e outros, bem como que a formação específica em determinadas áreas do conhecimento relacionadas ao processo de aprendizagem dos alunos nas etapas obrigatórias de ensino (Ensino Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais), no caso a Matemática, História, Geografia, Português, Ciências, que diga-se de passagem, apareceram na pesquisa em número reduzido de vezes, e com carga horária bastante baixa/inferior.

Essa pesquisa e os pressupostos aqui defendidos não estão isolados, pois no cenário educacional encontra-se na literatura estudos preocupados com a ausência de conteúdos matemáticos, em medida adequada, para a excelência na formação dos profissionais que atuarão nos anos iniciais do ensino fundamental.

Destaca-se que as matrizes curriculares ora analisadas, pela diversidade disciplinar, apresentam problemas de cunho epistemológico e didático, e esses problemas são em consequência da reduzida carga horária destinada nos cursos superiores, à área em questão, objeto de ensino na escola básica.

Com isso, reflete-se a ausência de uma carga horária mais expressiva nos cursos de Pedagogia, no que se refere à Matemática, impacta de modo negativo os resultados das avaliações externas, como o Pisa. Mas essa reflexão remete a outra: quem deve ser influenciado, o currículo utilizado na academia ou o currículo trabalhado na escola? Como essas duas vertentes podem dialogar? Enquanto isso, veja que os cursos de Pedagogia do estado do Ceará, em nível nacional, de acordo com o RUF (2015), apresentam o seguinte ranking.

IES	Qualidade de ensino
Pública A	118º.
Pública B	77 º.
Pública C	336 º.
Pública D	135 º.
Privada E	174 º.
Privada F	551 º.
Privada G	681 º.
Privada H	121 º.

Quadro 5: Ranking nacional de qualidade de ensino.
Fonte: RUF (2015)

Os resultados do quadro 5 podem ser alterados se forem incluídas, na pesquisa, as notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)[v]. Porém, sejam IES públicas ou privadas, o fato é que no que se refere aos cursos de Pedagogia não são alcançadas boas colocações. No quadro 6 a seguir, será apresentada a nota do ENADE dos cursos de Pedagogia dessas IES, na observância de que a nota vai de 1 a 5.

IES	Nota ENADE
Pública A	3
Pública B	3
Pública C	3
Pública D	3
Privada E	4
Privada F	3
Privada G	*
Privada H	4

Quadro 6: Nota do ENADE - Pedagogia 2014.

Fonte: Inep (BRASIL, 2014)

Reafirma-se a urgência de uma mudança nas matrizes curriculares, para atender com mais qualidade, o que pressupõe a Resolução nº 2 de 1 de julho de 2016, que observa a importância de garantir espaço preferencial para o objeto de ensino, aqui ressaltada a disciplina de Matemática. O conceito 3 é insatisfatório, e o 4 é um conceito bom, mas nenhuma das IES públicas conseguiu o conceito satisfatório, o que se apresenta como uma preocupação para todos que almejam uma educação de qualidade.

Em diálogos com estudantes do curso de Pedagogia, eles foram unânimes em questionar: Por que o curso de Pedagogia tem tantas disciplinas de fundamentos e, quando chegam nos ensinos, o curso só oferece uma disciplina para cada?

Na maioria das matrizes para cada disciplina (Matemática, História e Geografia, Língua Portuguesa e Ciências) só existe a disposição de uma disciplina para cada uma das referidas áreas, com carga horária variando entre 64h/a a 96h/a, no máximo. Tempo que aqui se considera insuficiente para contemplar os conteúdos a serem ensinados, com qualidade, nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em linhas gerais, tais reflexões propõem que se repense a formação dos pedagogos, levando a uma reflexão bem mais profunda sobre o currículo que constitui as matrizes curriculares, e de que modo são escolhidos, como são escolhidos, por que são escolhidos, quem os escolhe, em que momento, em que cenário, e o que naquele/neste momento passa nas ideologias? Pensamentos de quem constitui o currículo?

Por fim, no que tange a melhoria da formação inicial é preciso destacar políticas públicas que envolvam as reformas curriculares, e para isso, é importante que as IES utilizem as informações obtidas com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), orientando suas decisões quanto à realidade de seus cursos e do seu público, visando a melhoria institucional e efetividade acadêmica e social.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. **Indagações sobre Currículo: Direitos e o Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007, 52p.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação/CP**. Resolução nº. 2 de 1 de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Brasília -DF.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN),** nº. 9394/96. Lei nº 12.796, de 2013.

CALDERÓN, A.I.; FRANÇA, C.M. *Rankings* acadêmicos na educação superior: tendências da literatura ibero-americana. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior,** Campinas, v. 23, n. 2, p. 448-466, 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772018000200010.

CEARÁ. **Secretaria da Educação. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE),** 2008. Boletim Pedagógico de Avaliação: Matemática, 5º. ano do Ensino Fundamental. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2008), Juiz de Fora, 2008 – Anua

CURI, Edda. **A Matemática e os Professores dos anos iniciais**. São Paulo: Musa Editora, 2005, 75p.

CURI, Edda. **Formação de professores polivalentes: uma análise de conhecimentos para ensinar matemática e de crenças e atitudes que interferem na constituição desses conhecimentos.** Tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/São Paulo, 2004.

LORENZATO, Sergio. **Para aprender matemática.** Campinas, SP: Autores associados, 2006. (Coleção de Formadores de professores).

NACARATO, Adair Mendes. **A Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental: Tecendo fios do ensinar e aprender**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NÓVOA, Antonio. **Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999.

NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores.** Porto, Porto Editora, 1992.

ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho, FRANCO, Creso. e CARVALHO, João Bosco Pitombeira. **A distribuição social do currículo de matemática: quem tem acesso a tratamento da informação?** Revista Educação Matemática Pesquisa, 2007, v. 9 (2), pp. 249-273.

ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. **Currículo de Matemática e desigualdade educacional**. Tese de Doutorado. PUC-Rio, 2005.

SANTOS, Maria José Costa dos, ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. **Tecendo redes intelectivas na Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: relações entre currículo e avaliação externa (SPAECE).** REMATEC: Revista de Matemática, ensino e Cultura/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Natal, RN: EDUFRN-Editora da UFRN, n. 22, 2016. p. 59-72.

SANTOS, Maria José Costa dos. **Ensino de Matemática na Educação de Jovens e Adultos.** XXI EPENN Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Recife - PE, 2013.

SANTOS, Maria José Costa dos. **Reaprender frações por meio de oficinas pedagógicas: desafio para a formação inicial.** São Paulo, Editora Agbook. 2010.

SANTOS, Maria José Costa dos. **Reaprender frações por meio de oficinas pedagógicas: desafio para a formação inicial.** Dissertação defendida em 14 de maio de 2007 pela Universidade Federal do Ceará sob a orientação do Prof. Dr. Hermínio Borges Neto.

SANTOS, Maria José Costa dos. **As metodologias - Engenharia Didática e Sequência Fedathi aliadas a Teoria de Piaget.** Fortaleza: Editora UFC, 2006.

SCHWARTZMAN, J. Dificuldades e possibilidades de se construir um *ranking* para as universidades brasileiras. Ensaio, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 5-28, 1995.

NOTAS

[i] O RUF (Ranking Universitário Folha) é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela **Folha** desde 2012. Na edição de 2015 há dois produtos principais: o ranking de universidades e os rankings de cursos. Fonte: http://ruf.folha.uol.com.br/2015/o-ruf/. Acesso dia 25 de agosto de 2016.

[ii]Tentaremos não fornecer detalhes que possam identificar as IES, queremos total impessoalidade na pesquisa.

[iii] Ranking do estado do Ceará, entre as IES selecionadas para essa pesquisa. (RUF, 2015).

[iv] As informações foram colhidas nos sites das IES.

[v] O objetivo do Enade é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Fonte: http://portal.inep.gov.br/enade. Acesso dia 04 de setembro de 2016.